RECICLAGEM DE CONCILIADORES E SUPERVISORES CEJUSC 2025 - ETAPA TEÓRICA

📝 **Inscrições até o dia 27-04-2025, neste link**

DATA/PERÍODO	**02 a 26-05-2025** Encontros síncronos nos dias **02-05, 09-05, 16-05** e **26-05**		
HORÁRIOS	– 02-05: 9h - 12h e 16h - 17h – 09-05: 9h - 12h e 14h - 18h – 16-05: 9h - 13h – 26-05: 9h - 12h		
FORMATO	Curso		
MODALIDADE	Telepresencial		
LOCAL	EJud4 On-Line, onde será disponibilizado o link de acesso à sala na plataforma *Zoom*.		
DOCENTES	**Papel**	**Nome completo**	**Currículo resumido**
	Docente Tutor	**Fernando Hoffmann**	Juiz do Trabalho no TRT9 (PR) desde 1997. Mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela

			Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor.
PÚBLICO-ALVO	Magistradas(os) Supervisoras(es) e Coordenadoras(es) de CEJUSCs e servidoras(es) conciliadores(as), com formação inicial válida, mas com vencimento até 2025.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	20 vagas		
CARGA HORÁRIA	20 h/a		
JUSTIFICATIVA	A implementação do módulo teórico do curso de formação continuada busca aprimorar o conhecimento teórico em mediação e cumprir parte da exigência atualmente estabelecida pela Resolução CSJT 389/24, que determina a renovação da habilitação de magistrados(as) e servidores(as) para atuação nos CEJUSCs-JT a cada três anos. A reciclagem deve ser realizada através de cursos de formação continuada, evidenciando a necessidade de capacitação estruturada e atual para o aprimoramento contínuo de juízes(as) e servidores(as) que atuam nos NUPEMECs-JT e CEJUSCs-JT. O módulo propõe uma abordagem teórica atualizada e aprofundada sobre temas avançados e questões complexas da mediação e conciliação trabalhista.		
EMENTA	Atualização e aprofundamento em questões complexas e temas avançados sobre mediação e conciliação trabalhista. Mediação Pré-Processual na Justiça do Trabalho. Resolução CNJ 586/24. Métodos Consensuais de Solução de Disputas. Uso estratégico do cáucus nas audiências trabalhistas. Validação emocional nas mediações da Justiça do Trabalho. Teste de realidade por juízes mediadores e conciliadores. Aplicação da "proposta do juízo/mediador". Resolução Online de Disputas. Inteligência Artificial nas Mediações e Conciliações. Adaptação das técnicas de mediação para o ambiente virtual. Compartilhamento de experiências e construção coletiva de conhecimento.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	**MÓDULO I – ATUALIDADES EM MEDIAÇÃO JUDICIAL TRABALHISTA**
	1. Mediação Pré-Processual na Justiça do Trabalho
	  o Marco normativo e fundamentos
	  o Limites e possibilidades
	  o Procedimentos específicos
	  o Práticas eficazes
	2. Resolução CNJ 586/24 e Métodos Consensuais de Solução de Disputas na Justiça do Trabalho
	  o Principais inovações da Resolução
	  o Impactos na prática
	  o Adequação dos procedimentos
	  o Questões controversas
	3. Facilitação da negociação em conflitos e dissídios coletivos de trabalho (conteúdo opcional)
	  o Particularidades e complexidades dos conflitos coletivos
	  o Técnicas específicas de facilitação para negociações coletivas
	  o Gestão de múltiplos interesses e atores
	  o Papel do mediador nos dissídios coletivos
	
	MÓDULO II - TEMAS AVANÇADOS EM MEDIAÇÃO JUDICIAL TRABALHISTA
	1. Uso estratégico do cáucus (sessão privada) nas audiências trabalhistas
	  o Objetivos principais e secundários
	  o Condução efetiva e ética e cuidados especiais
	  o Momento e forma de aplicação
	  o O protocolo do cáucus		

	2. Cabimento e aplicação da validação emocional nas mediações da Justiça do Trabalho o Limites da expressão emocional em audiência o Equilíbrio entre empatia, rapport e imparcialidade o Momento e formas para aplicação o Benefícios e riscos 3. Cautelas na aplicação do teste de realidade por juízes mediadores e conciliadores o Percepção da realidade nos conflitos o Particularidades do teste de realidade no contexto trabalhista o Percepção da realidade, vieses inconscientes e gestão de expectativas o Preservação da imparcialidade do mediador 4. Cuidados na aplicação da "proposta do juízo/mediador" o Objetivos principais e secundários o Prós e contras da realização de proposta pelo juiz e/ou pelo servidor o Momento e formas para aplicação o Reações das partes e dos advogados **MÓDULO III – TECNOLOGIA E MEDIAÇÃO JUDICIAL TRABALHISTA** 1. ROD (Resolução Online de Disputas), RAD (Resolução Alternativa de Disputas) e a tecnologia como a quarta parte o Conceitos e diferenças entre ODR e ADR o A tecnologia como participante ativa do processo de resolução de disputas o Impactos das plataformas digitais na dinâmica da mediação o Vantagens e limitações dos ambientes virtuais 2. Uso da Inteligência Artificial nas Mediações e Conciliações da Justiça do Trabalho o Panorama geral da IA na resolução de conflitos e no Poder Judiciário o Chat-JT, modelos de linguagem e ferramentas de IA o Uso ético, seguro e responsável da IA nas mediações e nos CEJUSCs-JT o Med.IA.dor? A IA como mediadora da Justiça do Trabalho? o Perspectivas e desafios 3. Aplicação das técnicas de mediação para o ambiente virtual (opcional) o Adaptação das técnicas tradicionais de mediação ao meio virtual o Comunicação não-verbal e digital o Ferramentas digitais para mediação o Boas práticas e protocolos específicos
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do curso, espera-se que o(a) aluno(a) seja capaz de: ● Compreender as particularidades da mediação pré-processual na Justiça do Trabalho; ● Aplicar adequadamente as diretrizes da Resolução CNJ 586/24; ● Identificar e resolver questões complexas da prática em mediação judicial trabalhista; ● Analisar criticamente situações controvertidas na mediação trabalhista; ● Encaminhar a melhor resolução de incidentes e impasses nas conciliações e mediações; ● Desenvolver soluções para mediações e conciliações desafiadoras; ● Atualizar conhecimentos sobre técnicas consagradas e temas emergentes em mediação; ● Utilizar estrategicamente o caucus e a validação emocional nas audiências trabalhistas; ● Aplicar o teste de realidade com as devidas cautelas no contexto trabalhista; ● Entender os impactos da tecnologia e inteligência artificial na mediação judicial trabalhista.

METODOLOGIA	O curso será desenvolvido em modalidade telepresencial, com aulas síncronas via Plataforma *Zoom* e conteúdo disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle). A metodologia incluirá: ● Aulas telepresenciais: exposição dialogada dos conteúdos teóricos pelo instrutor, com abertura para perguntas e discussões em tempo real. ● Debates dirigidos: durante as aulas telepresenciais, serão promovidas discussões estruturadas sobre questões controvertidas, com mediação do instrutor para garantir a participação equitativa e o aprofundamento das reflexões. ● Enquetes interativas: utilização de ferramentas de enquete durante as aulas telepresenciais para colher percepções, estimular a reflexão crítica e promover a participação ativa dos alunos. ● Leituras recomendadas: serão indicados textos e materiais específicos para aprofundamento dos temas abordados nas aulas telepresenciais, com roteiros de leitura que orientarão os pontos principais a serem observados. ● Material complementar: no ambiente virtual de aprendizagem, serão disponibilizados conteúdos opcionais para os participantes que quiserem se aprofundar em determinados temas.
AVALIAÇÃO	- Avaliação de reação; - Avaliação de aprendizagem. Os/As participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado.
DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO, QUESTÃO DISCURSIVA, QUANDO HOUVER	Ao final do curso, o(a) aluno(a) deverá escolher uma das seguintes opções para ser avaliado quanto ao aproveitamento: 1. Análise de Caso Complexo Análise de um caso real ou hipotético que envolva múltiplas questões desafiadoras abordadas durante o curso. A atividade consiste em elaborar um relatório analítico identificando os pontos críticos, propondo estratégias de abordagem, técnicas específicas a serem utilizadas e justificando suas escolhas com base no conteúdo teórico estudado. 2. Artigo Científico sobre Tema Emergente Elaboração de um artigo científico curto (5-8 páginas) sobre um dos temas emergentes abordados no curso. O artigo deve incluir fundamentação teórica, análise crítica e proposições práticas, demonstrando a capacidade de aprofundamento em um tema específico e de articulação entre teoria e prática. 3. Protocolo de Aplicação de Técnica Avançada Desenvolvimento de um protocolo detalhado para aplicação de uma das técnicas avançadas de mediação abordadas no curso (cáucus, teste de realidade, validação emocional ou proposta do juízo) no contexto específico da Justiça do Trabalho. O protocolo deveria contemplar objetivos, pré-requisitos, passo a passo de aplicação, cuidados especiais, adaptações necessárias conforme o caso e formas de avaliação de efetividade, demonstrando domínio da técnica e capacidade de sistematização. Características gerais da atividade avaliativa: ● Duração: 2 horas ● Extensão: texto entre 1 e 2 laudas ● Nota mínima para aprovação: 70 pontos ● Critérios de avaliação: ○ Coerência com os conceitos: 40 pontos ○ Coesão argumentativa: 40 pontos ○ Correção gramatical: 20 pontos

	• Prazo final para conclusão: 02-06-2025 • Recuperação: caso o aluno não alcance a nota mínima, terá a oportunidade de entregar nova atividade, a qual deverá ser necessariamente diferente da primeira opção.
CERTIFICAÇÃO	Condicionada ao registro da frequência e à realização das atividades avaliativas propostas. A frequência será computada pelo acesso ao link disponibilizado no ambiente do evento, na EJud4 On-Line.
ACESSIBILIDADE	Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud.
FINALIDADES	- Magistrados/as: Formação Continuada; Promoção por Merecimento. - Servidores/as: Adicional de Qualificação; Promoção.
PROGRAMA	**Encontros síncronos:** – 02/05: 9h-12h e 16h-17h (4h) – 09/05: 9h-12h e 14h-18h (7h) – 16/05: 9h-13h (4h) – 26/05: 9h-12h (3h)
BIBLIOGRAFIA	Será divulgada durante o curso.
OBSERVAÇÕES	**Servidores(as) do TRT4:** 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90. **Magistrados(as) do TRT4:** Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro/a magistrado/a e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo/a interessado/a.

Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

🔗 1) Público Interno do TRT4 - Magistrados(as) e Servidores(as), inclusive aposentados(as);
🔗 2) Público Externo.